



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **A DESCONCENTRAÇÃO DOS EVENTOS DE VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA AMBIÊNCIA URBANA: O CASO DE CAMPINA GRANDE – PB**

### **THE DECONCENTRATION OF EVENTS OF URBAN VIOLENCE IN BRAZIL AND ITS EFFECTS ON URBAN AMBIENCE: THE CASE OF THE CITY OF CAMPINA GRANDE, PARAIBA, BRAZIL**

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Martha Priscila Bezerra Pereira

Universidade Federal de Campina Grande

#### **Resumo**

Já há consenso, tanto pela comunidade científica como pelos planejadores e sociedade em geral, em considerar a difusão da violência urbana como um dos principais eventos que interferem na qualidade de vida das organizações sociais. O sentimento do medo e insegurança, decorrentes do aumento das práticas de violência, tem interferido diretamente nas condições de habitabilidade. Tal condição se agrava na medida em que se evidencia uma tendência de desconcentração dessas práticas ao se evidenciar com maior expressividade em cidades de porte médio. O trabalho ora apresentado decorre de resultados de pesquisa na qual identificamos a evidência dessa desconcentração observando seus efeitos na prática cotidiana da população de Campina Grande, Paraíba. Os resultados preliminares, obtidos a partir do aporte das técnicas da pesquisa qualitativa, apontam para a necessidade de se pensar estratégias para recuperar o interesse social pelo uso dos espaços urbanos, particularmente os ambientes públicos, de forma a proporcionar melhoria na qualidade de vida e nas condições de saúde

da população. Ao se observar a realidade de Campina Grande foi possível constatar uma nova geografização das práticas de violência, sendo estas mais evidentes nas cidades de porte médio interferindo nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais e, conseqüentemente, na própria qualidade de vida da sociedade que passa a reduzir suas práticas de ocupação espacial em decorrência do aumento da sensação de insegurança e do medo.

**Palavras-chave:** Violência urbana. Espaço. Geografização.

### **Abstract**

There is already consensus, both by the scientific community as the planners and society in general, in considering the spread of urban violence as a major event which affects the quality of life of social organizations. The feeling of fear and insecurity caused by the increased practice of violence has interfered directly in living conditions. This condition worsens to the extent that it shows a trend of devolution of these practices to be evident with greater expressiveness in medium-sized cities. This work originates from research results in which we identify the evidence that devolution observing their effects on the everyday practice of the population of Campina Grande, Paraíba. Preliminary results obtained from the contribution of the techniques of qualitative research, point to the need of thinking strategies to recover the social interest in the use of urban spaces, especially public environments, to provide improved quality of life and health conditions of the population. By observing the reality of Campina Grande it was possible to see a new geographization practice of violence, which was more evident in medium-sized cities interfering in the daily practices of social subjects and, consequently, the actual quality of life of the society that starts to reduce their practices of spatial occupation due to the heightened sense of insecurity and fear.

**Key-words:** Urban violence. Space. Geographization.

### **Introdução**

A violência corresponde a um tema controvertido e dialético, produto tanto de um sensacionalismo difundido em diferentes meios de comunicação em massa como de fatos reais registrados e mensurados por órgãos oficiais (WAISELFISZ, 2008) e dos relatos das experiências qualitativas pautadas em reproduções de imagens que os cidadãos passam a materializar acerca do seu espaço de vivência. A presença desta "sensação de risco constante" tem se constituído em uma realidade presente

não apenas nas grandes cidades, mas, de forma cada vez mais ampla, em cidades de porte médio ou cidades médias, além dos registros de aumento em cidades pequenas.

De fato, ao contrário do que se evidenciou em décadas anteriores, o aumento da violência nos espaços urbanos de média e baixa complexidade já se apresenta como um fato na realidade brasileira, embora o evento da violência nos espaços urbanos não se apresente como algo novo uma vez que já na idade média, por exemplo, a imagem da cidade se estruturava por uma conjuntura contraditória: se por um lado expressava sensação de segurança, por outro era um espaço constituído pela difusão da violência.

Emana no âmago da realidade urbana emergente a evidência de práticas prejudiciais ao indivíduo tanto no que se refere a sua integridade física quanto no que diz respeito ao seu patrimônio, influenciando na difusão de concepções que passam a adjetivar o espaço urbano a exemplo das noções de segregação e exclusão social e territorial. Nas cidades do passado assim como nas de hoje, a violência se torna um elemento que condiciona as práticas urbanas de uso e ocupação do solo, embora com níveis de complexidade diferentes entre as duas realidades observadas neste exemplo: a cidade da idade média e as cidades de hoje.

Para Le Goff (1998), na idade média/na antiguidade, por exemplo, as práticas do roubo correspondiam a um crime cuja punição era bem mais severa das realizadas nas cidades de hoje, cuja violência tornou-se expressão da agressão ao psicológico da coletividade. Conforme mencionado por Le Goff (*idem*, p.73), "hoje, estaríamos quase mais preocupados com as incivildades, os desentendimentos quotidianos aparentemente sem gravidade, as pequenas agressões".

A geografização deste fenômeno no espaço urbano é pautada não apenas nos eventos reais, expressos em números e devidamente mensurados por setores do Estado responsáveis pelo processamento das ocorrências, mas nos aspectos virtuais materializados em discursos que interferem de forma mais agressiva na dinâmica

urbana uma vez que se infiltra no imaginário social, condicionando o uso dos espaços através da sensação de insegurança. Tem-se, assim, a produção de uma imagem catastrófica para o futuro da cidade.

O texto ora apresentado corresponde a uma síntese de trabalhos desenvolvidos por estudantes e pesquisadores do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs) em parceria com pesquisadores e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisas em Geografia para Promoção da Saúde (PROSAUDE-Geo) através dos quais, a partir da análise da realidade de Campina Grande (PB), se identificou um progressivo processo de desconcentração dos eventos de violência nos espaços urbanos do Brasil, especialmente em cidades de porte médio.

### **Fatores da desconcentração da violência nos espaços urbanos do Brasil**

Durante os anos de 2010 e 2012 o Grupo GIDs desenvolveu várias pesquisas relacionadas a análise dos efeitos da violência na produção dos espaços, os quais foram completados com pesquisas desenvolvidas por pesquisadores dos Prosaúde\_Geo entre 2013-2014. Os resultados da pesquisa evidenciaram que nestas últimas três décadas, apesar das diversas medidas de combate a violência, especialmente as que resultam em óbito, o Brasil continuou registrando um aumento significativo de ocorrências, especialmente em áreas urbanas, embora a variação tenha, a partir de 2003, passado por momentos de oscilações anuais tendo em vista as políticas do Governo Federal em parceria com outros segmentos sociais destinadas a promoção do desarmamento e ações específicas de promoção à segurança, especialmente nos grandes centros urbanos (WAISELFISZ, 2011).

Para Waiselfisz (2005) a média anual de homicídios no País supera o número de vítimas decorrentes de grandes confrontos armados evidenciados no mundo entre os anos de 2004 e 2007, observando que o número de mortos no Brasil superou os

de mortos nos 12 maiores conflitos mundiais ocorridos no período mencionado. De acordo com os dados do Ministério da Justiça (2006), entre janeiro de 2004 a Dezembro de 2005, quase 50% dos crimes violentos letais e intencionais (com óbitos) ocorreram na região sudeste e apenas 30% no nordeste.

Contudo, os dados do Ministério da Saúde desta última década, publicado pelo Sistema de Informação da sobre a Mortalidade (SIM) evidenciam uma mudança na Geografia da violência urbana no Brasil: a desconcentração por Unidade da Federação (Tabela 1) segundo a qual se evidencia registro de criminalidades nos 10 Estados considerados tradicionalmente como mais violentos, entre os quais se destacam os da região sudeste, assim como uma mudança segundo a própria complexidade urbana na qual as cidades de porte intermediário passam a liderar as principais ocorrências, especialmente no que se refere aos crimes letais.

**Tabela 1 – Ordenamento das UF por taxa de homicídios em 100 mil – Brasil 2000-2010**

UF	2000		2010	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Alagoas	25,6	11º	66,8	1º
Espírito Santo	46,8	3º	50,1	2º
Pará	13,0	21º	45,9	3º
Pernambuco	54,0	1º	38,8	4º
Amapá	32,5	9º	38,7	5º
Paraíba	15,1	20º	38,6	6º
Bahia	9,4	23º	37,7	7º
Rondonia	33,8	8º	34,6	8º
Paraná	18,5	16º	34,4	9º
Distrito Federal	37,5	7º	34,2	10º
Sergipe	23,3	12º	33,3	11º
Mato Grosso	39,8	5º	31,7	12º
Amazonas	19,8	14º	30,6	13º
Ceará	16,5	17º	29,7	14º

UF	2000		2010	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Goias	20,2	13°	29,4	15°
Roraima	39,5	6°	27,3	16°
Rio de Janeiro	51,0	2°	26,2	17°
Mato Grosso do Sul	31,0	10°	25,8	18°
Rio Grande do Norte	9,0	24°	22,9	19°
Tocantins	15,5	19°	22,5	20°
Maranhão	6,1	27°	22,5	21°
Acre	19,4	15°	19,6	22°
Rio Grande do Sul	16,3	18°	19,3	23°
Minas Gerais	11,5	22°	18,1	24°
São Paulo	42,2	4°	13,9	25°
Piauí	8,2	25°	13,7	26°
Santa Catarina	7,9	26°	12,9	27°
	Região Nordeste			
	Região Centro Oeste			
	Região Sudeste			
	Região Sul			
	Região Norte			
	Ranking dos 10 Estados mais violentos			

Fonte: Adaptado de WAISELFSZ, 2011

Os dados transcritos na tabela permite observar que nestas últimas duas décadas vêm sendo materializada a desconcentração geográfica do ranking de estados com maiores indicadores de violência assim como da própria região. No contexto regional dos anos 2000, dos dez estados com maiores taxas de violência, o sudeste e o centro oeste lideravam os indicadores ao tempo em que em 2010 a situação sofre uma inversão significativa com o predomínio dos estados da região norte e nordeste com registros de maiores taxas de violência.

Esta nova Geografia da violência e do medo é estruturada devido a uma intervenção mais representativa do poder público na escala federal e estadual, especialmente nos estados que lideravam os registros (Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo). Com exceção do Espírito Santo que subiu um patamar no ranking, as políticas de intervenção surtiram um efeito significativo nos estados com maiores registros: Pernambuco desce três posições no ranking e Rio de Janeiro e São Paulo, estados em que a intervenção foi mais significativa, descem 15 e 21 posições, respectivamente.

Por outro lado, os estados de Alagoas, Paraíba e Bahia que em 2000 estavam, respectivamente, na 11<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup> e 23<sup>a</sup> posições, assim como os estados do Espírito Santo, Pará, Amapá e Paraná cujo registro expressa a ocorrência de casos de violência.

Observando-se atentamente a tabela, dos cinco estados menos violentos em 2000, o nordeste possuía a representação de três (BA, RN e MA), os quais, seguindo a tendência dos demais estados da região, excetuando-se Pernambuco e Piauí cujos indicadores foram reduzidos na década de análise, apresentaram um aumento no registro de violência sendo a situação mais representativa a do Estado da Bahia que saiu da posição 23 para a de número 7 configurando-se no rol dos 10 estados mais violentos no início da década de 2010.

Tal desconcentração é sustentada na hipótese de que os estados mais violentos passaram, especialmente a partir da metade da década de 2000, por fortes intervenções do Estado e de outras representações da sociedade civil organizada, a exemplo das políticas de desarmamento e de revisões na legislação em vigor implementadas nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Os Estados do Norte e Nordeste tornam-se, assim, áreas geográficas cujas práticas de violência tornaram-se um elemento comum nos territórios, sendo a principal preocupação o Estado de Alagoas ao tempo em que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo reduziram as taxas de violência distanciando-se do rol de estados mais violentos.

No âmbito estadual tem-se evidenciado algo semelhante. Até os anos 2000 a violência esteve centrada nas capitais e nos grandes centros urbanos. Com o desenvolvimento urbano das cidades de pequeno e médio porte, com população entre 100.000 e 500.000 habitantes, conforme estudos de WAISELFSZ (2011), tais cidades passaram a ser mais atraentes para os criminosos que passaram a emigrar dos estados mais violentos em decorrência da participação mais ativa do Estado e representações da sociedade civil organizada.

Entre as cidades concebidas como de porte médio ou Cidades Médias, se considerarmos a classificação da rede de estudos sobre cidades médias (RECIME), no âmbito da região Nordeste, Campina Grande expressa bem o crescimento da violência, especialmente se comparadas a outras cidades com importância regional, a exemplo de Petrolina (Tabela 2).

**Tabela 2: Desconcentração da violência para municípios economicamente emergentes. Registros do Ministério da Justiça – janeiro de 2004 a dezembro de 2005.**

Ocorrências registradas pelas polícias civis relativas a crimes violentos letais intencionais nos municípios com população superior a 100 mil habitantes 2004 e 2005

Município	Estado	População	Número de	Tx/mil	Número de	Tx/mil
			ocorrências	habit.	ocorrências	habit.
			2004		2005	
Tefé	AM	61.399	-	-	-	-
Paritins	AM	102.066	-	-	-	-
Marabá	PA	233.462	82	44,1	52	26.56
<b>Petrolina</b>	<b>PE</b>	<b>294.081</b>	<b>68</b>	<b>28,2</b>	<b>56</b>	<b>22.07</b>
<b>Campina Grande</b>	<b>PB</b>	<b>385.276</b>	<b>74</b>	<b>20,1</b>	<b>120</b>	<b>31.90</b>
<b>Mossoró</b>	<b>RN</b>	<b>259.886</b>	<b>35</b>	<b>15,7</b>	<b>49</b>	<b>21.55</b>
Teófilo Otoni	MG	134.733	80	62,3	61	47.73
Anápolis	GO	335.032	141	46,6	169	53.92
Uberlândia	MG	600.285	138	24,8	214	36.56
Resende	RJ	119.801	70	62,0	108	91.98



Município	Estado	População	Número de	Tx/mil	Número de	Tx/mil
			ocorrências	habit.	ocorrências	habit.
			2004		2005	
São J. Rio Preto	SP	408.435	140	35,9	105	25.81
Marília	SP	216.684	70	33,0	55	25.00
Presidente Prudente	SP	207.625	94	47,3	60	29.41
Londrina	PR	506.645				
Dourados	MS	196.068	131	74,1	144	78.65
Itajaí	SC	183.388	87	54,8	91	55.17
Chapecó	SC	183.561	64	39,7	64	37.81
Passo Fundo	RS	184.869	141	78,6		

Fonte: \* Ministério da Justiça – MJ (2006) / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

\* <http://www.ibge.gov.br> acesso em 27 de abril de 2011.

De acordo com os dados do ministério da Justiça, Campina Grande, entre os municípios com população superior a 100 mil habitantes, também se destaca quanto a outros indicadores: a) crimes violentos letais e não letais; b) delitos envolvendo drogas; c) homicídios dolosos; d) lesões corporais, e) estupro; f) roubos e g) furtos (Ministério da Justiça, 2012).

No caso da cidade de Campina Grande, a análise geográfica sobre os efeitos do medo decorrente das expressões de violência, assume uma posição de grande relevância tendo em vista a natureza da cidade: se por um lado caracteriza-se como provinciana, com fortes limitações em seu espaço urbano, por outro, exerce um papel estratégico ao desenvolvimento regional. Isto ficou evidenciado através dos resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica realizada em 2010 (mapeamento da violência urbana em Campina Grande) cujos resultados

possibilitaram identificar que a violência se expressa territorialmente em setores bem delimitados da cidade (SANTOS, 2011), sendo, contudo, mais expressivos nos locais de uso público.

O fato é que a complexidade das práticas territoriais que caracterizam as atuais sociedades urbanas tem levado os indivíduos a deixarem de lado o sentimento de pertencimento, afastando-se do interesse pelo uso e contemplação do lugar em que vivem especialmente em locais de uso público. Tais locais, conforme resultados anteriormente obtidos (SANTOS, 2011) passam a ser caracterizados como os locais em que as práticas de violência exercem maiores transtornos, tornando-se ambientes insalubre a vivência.

Caracterizada como um dos principais problemas urbanos das sociedades de hoje, as práticas socioespaciais de violência correspondem a uma realidade evidenciada na maioria das cidades configurando-se como um problema de saúde pública. De fato, por afetar diretamente a coletividade, a violência tem interferido diretamente na qualidade de vida da sociedade ao conduzir o indivíduo, habitante de determinada área urbana, a limitação de utilização de seus espaços, distanciando-o do seu cotidiano, especialmente aqueles de público.

Como ressalta Tangerino (2007), isto não significa que a cidade seja um fator determinante sobre o indivíduo, mas, por não fornecer as condições de infraestrutura e acesso aos equipamentos, esta influencia na reprodução de práticas criminosas. Assim, por terem que viver segregadas com indivíduos que realizam práticas violentas, as pessoas passam a ter que obedecer as regras impostas por tais indivíduos, a exemplo do uso das ruas em horários predeterminados e obediência a lei do silêncio, faz com que a coletividade reproduza o sentimento do medo e insegurança. São, portanto, obrigados a sobreviver em condições de grande instabilidade.

## **Um olhar geográfico para o crescimento da violência nos espaços urbanos**

O sentido da violência nas cidades de hoje é, obviamente, diferente do seu significado em outros momentos da história uma vez que a complexidade social coloca em xeque não apenas a integridade física ou propriedade pessoal ou coletiva, mas a própria integridade psicológica do indivíduo-cidadão e da coletividade social no que diz respeito ao amor à cidade através da formação de uma identidade com a mesma decorrente de práticas cotidianas. Os espaços nas cidades se tornaram o espaço das diferenças; do desconhecido; do estranhamento e da submissão ao medo da agressão física e simbólica. (CARLOS, 2001)

A violência urbana, enquanto materialização das práticas socioespaciais (individuais ou coletivas), corresponde a uma questão de interesse geográfico na medida em que condiciona as práticas urbanas dos diferentes segmentos da sociedade, incluindo os sujeitos responsáveis por seu planejamento e ordenamento territorial. De acordo com Rodrigues (2002), a violência é expressa no ambiente urbano a partir de alguns indicadores concebidos como fundamentais ao processo de ordenamento desse espaço, sendo um desses indicadores a falta de urbanidade.

Diante disso, evidencia-se uma relação direta da violência com a saúde coletiva ao interferir nas relações cotidianas de apropriação, produção e consumo do espaço. Nesse campo de ação, percebemos diariamente que a violência se propaga rapidamente em diversas escalas, sendo identificada em inúmeros tipos de expressão, tais como individual, sexual, contra o patrimônio, psicológica, entre outros. Os aspectos comuns entre estas expressões estão relacionados ao fato de passarem a ter significado urbano quando entendidas em sua geografização.

Devido as diferentes maneiras de se praticar a violência, pode-se destacar que esta se evidencia de maneira mais intensa em espaços segregados tanto pelas relações de produção quanto pelas intencionalidades que condicionam o seu uso ou não uso. O discurso da "geografia da violência" materializa-se, portanto, na própria

concepção de espaço e suas variantes, especialmente no que se refere às relações de poder presentes no mesmo e nas concepções de violência e insegurança.

Santos (1997) concebe o espaço como um metaconceito para a Geografia na indissociabilidade entre os objetos e ações (SANTOS, 1997, p.51). Na relação com a violência, esta concepção é apropriada ao estudo do medo urbano uma vez que é no ambiente urbano o local em que encontramos uma maior complexidade de objetos e ações representados pelas relações de trocas entre todos que o compõem.

O aumento da violência em espaços de uso coletivo associado ao consequente sentimento de insegurança se constitui, nas sociedades de hoje, como sequelas das transformações radicais observadas nos espaços urbanos decorrentes de uma série de eventos conflitantes e cada vez mais complexos que envolvem os diversos sujeitos sociais. O entendimento das consequências espaciais de sua geografização torna-se, assim, um desafio para os setores administrativos responsáveis pelo ordenamento urbano.

Enquanto realidade socioespacial, a violência materializa-se nas práticas de agressão (moral, psicológica ou física), contra o patrimônio e contra as pessoas, sendo "as péssimas condições sociais e de qualidade de vida e as injustas estruturas em que vive a maioria da população (...) as bases e os germes da violência" (GOMES, 1993, p.11). Contudo, o debate sobre esta questão ainda gera incertezas devido à dificuldade de se identificar os aspectos que caracterizam a violência em espaços urbanos.

Para compreendermos melhor a complexidade da relação entre violência e espaço, na qual se materializa pelos discursos, recorreremos a dois importantes dicionários filosóficos. Segundo Abbagnano (2012), a palavra violência origina-se do latim *Violentia* e corresponde a "ação contrária à ordem [moral, jurídica ou política] ou à disposição da natureza" (p.1198), tendo como causa primária a vontade de poder. Já Audi (2006, p. 983) vai um pouco mais além ao associar a violência como expressão do uso da força para causar dano físico, mas também emocional ou

psicológico. Ao se expressar no espaço, a violência materializa-se no âmbito físico, ao influenciar nas estruturas e formas, e no âmbito psicológico ou emocional, ao materializar-se nas funções e processos.

No contexto físico, a violência é expressa contra o indivíduo e seu patrimônio sendo geograficamente delimitada enquanto evento socioespacial. Já no contexto moral, interfere nas condições de acessibilidade do sujeito-indivíduo ao se infiltrar em sua mente, interferindo na imagem de cidade reproduzida pelo mesmo e, portanto, em seu discurso. No primeiro caso, pode-se falar da Geografia da violência e no segundo na Geografia do medo ou da insegurança.

Tais relações são favorecidas nas práticas do homem com o espaço onde vive, a qual nem sempre ocorre de forma harmoniosa uma vez que envolve uma disputa constante por territórios, sendo materializada pelas competições, rixas, disputas etc., segundo as intencionalidades dos sujeitos sociais que as praticam. De fato, conforme salienta Eufrásio (2009), a violência remonta às ocupações primitivas, organizadas em grupo, no qual o convívio estava condicionado às formas de ocupação (relações de poder no espaço). O aumento desses desvios foram aos poucos se tornando uma das principais preocupações dos indivíduos que vivenciavam este meio.

A preocupação com a violência configura-se, portanto, como um tema presente em diversos debates sobre o uso funcional e coletivo de espaços tendo em vista a natureza destes para o contexto social a partir das intencionalidades e das relações de poder, sendo, portanto, um mecanismo de produção e reprodução de territórios.

A origem do termo *território* encontra-se diretamente relacionada às práticas que justificam as formas pelas quais o homem vem participando da produção do espaço onde vive. Assim, o uso dessa concepção passa a ser associado a uma diversidade de significações, quase sempre ligadas às relações de poder entre os sujeitos sociais. Mais do que a compreensão do significado de território, o problema

passa a ser a necessidade de se identificar suas diversas origens e assim definir as tendências ou imagens produzidas enquanto mecanismo de apropriação do espaço.

O questionamento sobre a produção do espaço, expresso como território, demanda da necessidade de se identificar não apenas os sujeitos ou como eles atuam, mas os motivos que os levam a atuar de uma determinada forma e não de outra; de valorizar determinados elementos socioespaciais e desconsiderar outros; de optar por algumas formas de participar da produção do espaço ignorando outras igualmente relevantes.

Tais contradições justificam o fato de muitos pesquisadores conceberem a existência de uma crise na cidade e da cidade, a qual se materializa no aumento dos casos de violência e pela própria difusão do discurso do medo. Tal crise, no entanto, não se evidencia apenas em termos de uma matriz teórica representada por diversas indefinições conceituais, mas como fruto das próprias relações socioespaciais que acabam influenciando os indivíduos a submeterem o uso dessa terminologia a qualquer fator, conjuntura ou modelo, sem se preocuparem com a identificação dos elementos que condicionam sua produção: organização e reorganização dos espaços. Isto propicia a construção de mitos e, com eles, a (re)produção de formas e processos que caracterizam os territórios enquanto expressão geográfica das relações sociais no espaço urbano (HAESBAERT, 2004).

Os sujeitos sociais são, assim, concebidos como mentores das divergências na produção do espaço segundo as quais o território da apropriação é, simultaneamente, o da desapropriação e o da condição. Alguns de forma consciente, estruturando os elementos que possibilitem um determinado tipo de formação socioespacial; outros de forma espontânea, sem maiores preocupações com os debates que resultam na produção social do espaço.

Enquanto essência, essas intencionalidades são pouco percebidas pela sociedade, uma vez que a população, de uma forma geral, tem restrições para observar os condicionantes que tornam os arranjos aparentemente invisíveis,

especialmente quando estes produzem e reproduzem um discurso de massificação da sensação de insegurança imbuído na sociedade, incertezas quanto à relação entre a ausência de usos dos espaços e a reprodução do sentimento de insegurança. De fato, dependendo da intencionalidade do discurso, a geografização da violência decorre do sentimento do medo originado pela redução do uso dos espaços, em uma perspectiva, e, por outra, da redução do uso dos espaços enquanto consequências da difusão do discurso do medo.

Nesse contexto, a Geografia do medo se apresenta como “mito” uma vez que sustenta o seu alicerce na intencionalidade dos discursos, se concebermos intencionalidade como “propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos” (SEARLE, 2002, p. 01). Assim, expressões como crenças, temores, esperanças e desejos se configuram como indicativos de intencionalidades, uma vez que se caracterizam como fenômenos que representam uma determinada coisa ou objeto (AUDI, 2006), sendo, portanto, o resultado da mente de forma a obter uma satisfação.

Exemplos disso estão pautados nos estereótipos reproduzidos pela mídia ao associar as condições sociais como expressão da geografia do medo, assim como as que condicionam a imagem de segurança pautada na materialização de relações de poder das práticas territoriais de alguns sujeitos sociais. Cria-se, assim, um discurso “virtual do medo urbano”, segundo o qual a sensação de insegurança passa a ser independente nas condições sociais dos indivíduos.

## **O método qualitativo aplicado à análise da violência**

A violência urbana apresenta-se como uma das principais preocupações das gestões públicas (em suas três escalas de atuação), empreendedores urbanos e segmentos da sociedade civil organizada. Esta preocupação foi consequente de debates realizados por membros Grupo de Pesquisas Integradas em

Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs) e do Grupo de Pesquisas em Geografia para promoção da saúde (ProsaudeGeo) inseridos, respectivamente, nas linhas de pesquisa produção do espaço e desenvolvimento regional e questões metodológicas e monitoramento e sustentabilidade ambiental. O resultado de tais debates tornou-se, então, materializado na elaboração de um projeto de pesquisa pautado na geografização da violência urbana da cidade de Campina Grande e no seu reflexo na reprodução da identidade urbana, levando a indagação sobre a reprodução deste processo em outras cidades de porte médio.

A pesquisa fundamentou-se em procedimentos quali-quantitativos identificando a influência do aumento da sensação do medo no uso dos espaços públicos, recorte selecionado em resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica desenvolvida por estudantes do GIDs entre os anos de 2010 e 2012 através da qual esses espaços foram apontados como ambientes em que a materialização das práticas de violência produzem transtornos quanto ao uso.

De acordo com Minayo o Método Qualitativo (MQ) possibilita ao pesquisador a “compreensão interpretativa da ação social” (MINAYO, 2005, p. 81). Se inserirmos a produção do espaço como expressão dessa ação tem-se assim que o MQ possibilitaria uma apreensão mais substancial acerca das características e limites de cada ator social envolvido. Assim, a observação da intencionalidade do sujeito, expressa especialmente nos discursos, apresenta-se como um dos objetivos desse método (MINAYO, 1998).

Nessa perspectiva seria mais apropriado o uso do termo “sujeito social” ao invés de “ator social” uma vez que este não se limita as representações ou aparências do contexto espacial, mas da essência dessa conjuntura ao produzir discursos e materializar intencionalidades, elementos estes que correspondem a um dos objetivos da pesquisa qualitativa (MINAYO, 1998).

Através do uso da análise do discurso tem-se uma base instrumental para o estudo qualitativo das práticas socioespaciais de produção do espaço tendo como



referencial técnico a obtenção das ideias centrais e produção do discurso do sujeito social (SOUZA JUNIOR, 2008; 2009).

A aplicabilidade tanto do método como dos procedimentos técnicos inerentes ao mesmo foram desenvolvidos a partir da elaboração de uma hemeroteca por estudantes do GIDs da Unidade Acadêmica de Geografia, seguidos da análise de questionamentos realizados junto à população de Campina Grande.

A hemeroteca foi organizada a partir da análise dos casos de violência publicados em dois jornais de circulação estadual – o **Correio da Paraíba** (CP) e o **Diário da Borborema** –, tendo a cidade de Campina Grande como recorte territorial analítico. Através da hemeroteca buscou-se identificar os diferentes discursos que expressam a sensação de medo decorrente da relação entre os eventos de violência e o espaço. Para isto, levou-se em consideração o *corpus* das matérias que seguiram para a elaboração das mesmas. As reportagens foram selecionadas a partir da observação de palavras que expressavam algum tipo de violência ou faziam uma alusão a esses tipos de violência. Após a seleção e análise das palavras foi organizada uma tabela observando a posição, proporção e tamanho da matéria na reportagem, sendo as principais palavras devidamente destacadas para fundamentar a análise.

Em síntese, a atividade foi organizada a partir dos seguintes procedimentos:

- a) Seleção das reportagens;
- b) Síntese da relação entre os eventos por bairros de ocorrência e a quantidade de palavras destacadas;
- c) Análise de discurso entre os eventos.

Diante da utilização do Método Quali quantitativo, baseado na elaboração da hemeroteca e das informações oficiais, foi possível elaborar um perfil da materialização da violência na cidade de Campina Grande, a qual, conforme relatado anteriormente, apesar de ser uma cidade de porte médio, as suas expressões de violência estão a cada mês aumentando e variando inclusive em períodos, de uns bairros para outros, conforme pode ser observado em Santos (2011). Com o uso

desses procedimentos percebeu-se uma proximidade entre os resultados da análise das reportagens com as práticas cotidianas dos sujeitos entrevistados, sendo um dos aspectos mais importantes a evidência de uma concentração da violência em bairros mais centrais da cidade, ao contrário das relações históricas que associavam as práticas de violência a localidades periféricas, especialmente no que se referem aos assaltos, homicídios e tráfico de drogas.

A violência urbana, enquanto evento presente na realidade dos espaços urbanos, não está, portanto, atrelado à questão social, mas às condições de uso dos espaços. Contudo, a imagem criada pelo discurso do medo está inserida em diferentes contextos da sociedade ao gerar um discurso do medo e da insegurança.

Em uma pesquisa sobre a violência urbana, caracterizada na perspectiva das mudanças de territorialidades provocadas pelas relações sociais de poder entre grupos que disputam o domínio de um mesmo espaço, a identificação dos diferentes discursos sobre a expressão geográfica constitui-se como um elemento fundamental. A cidade do medo, expressão da organização territorial da insegurança urbana, é contextualizada de forma diferenciada entre os diversos sujeitos sociais. A superposição dessas impressões sobre o urbano produto da violência é possível a partir da montagem de uma matriz discursiva, na qual são evidenciados os diferentes discursos sobre as expressões da violência no espaço urbano.

Dessa forma, a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) emerge como um importante procedimento técnico-científico na investigação qualitativa da produção do espaço. O uso dessa técnica consiste na identificação das ideias centrais retiradas do discurso, a exemplo de poesias, expressões, pensamentos, cartazes e reportagens que retratem a ação sujeito social em suas práticas cotidianas, além dos depoimentos dos próprios usuários dos espaços, fato este que possibilita ao pesquisador evidenciar o posicionamento de um determinado grupo social acerca de um objeto. O objetivo da análise do discurso é encontrar a fala social a partir do discurso proferido pelo sujeito coletivo: um depoimento expresso por um ator social

constituído “de *um* eu sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse *eu* fala pela ou em nome de uma coletividade” (LEFÈVRE ; LEFÈVRE, 2003, p. 16) (grifo dos autores).

Contudo, o fato de se ter como meta a elaboração de uma matriz sobre as informações de relação entre os indicadores geográficos e as práticas de violência urbana torna necessário o uso do aporte dos métodos quantitativos de abordagem. Formação do rol de ocorrências relacionados às suas geografias serão, portanto, utilizados enquanto estratégia amostral da situação evidenciada na atual estrutura socioespacial em cidades do médio porte, especialmente na região nordestina.

### **Considerações finais**

Embora ainda em sua primeira fase de execução, a pesquisa, desenvolvida com a colaboração de estudantes e pesquisadores do Grupo de Pesquisas Integradas e Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs), do Curso de Geografia da UFCG, aponta para a constatação, segundo os registros oficiais, da existência de um processo significativo de desconcentração dos casos de violência no Brasil levando a consideração de que o país vivencia uma nova etapa de reconfiguração do seu quadro socioterritorial no que se refere ao indicador mencionado.

Tanto no âmbito nacional como nas escalas estaduais, a violência urbana tem passado por uma nova geografização. No âmbito nacional sendo direcionada para os estados considerados tradicionalmente mais pacatos devido à influência mais ativa da gestão pública e representações sociais em estados que ao longo dos anos foram considerados como de maior risco. Já na escala estadual a nova geografia da violência aponta para uma redução dos eventos em cidades grandes e metrópoles em detrimento das cidades de porte médio devido à participação destas como novos polos de crescimento econômico e social, ao se destacarem no âmbito da saúde,

ensino e serviços, a exemplo do que ocorre com a cidade de Campina Grande, conforme estudo realizado por Santos (2011).

A violência nos espaços urbanos tem sua materialidade expressa em eventos reais, porém pontuais. Tal fato remete ao questionamento se a violência ocorre como evento no urbano ou do urbano. Tal reflexão ganha uma conotação mais polêmica se consideradas as consequências desses eventos para a materialização da Geografia do medo ou da insegurança urbana pautada na difusão dos discursos, especialmente aqueles gerados oficialmente pela mídia caracterizada pelo sensacionalismo exagerado, ou através da própria imagem coletiva que passa a ser criada na cidade.

O fato é que a violência urbana, no contexto real, tem passado por um processo de desconcentração territorial, mas, no campo das imagens, fomenta o sentimento geral de medo do uso dos espaços. A compreensão dos desdobramentos da influência das práticas de violência na produção de uma imagem negativa da cidade, representada pelo desincentivo da troca de relações sociais nos espaços, assim como no próprio uso dos espaços se apresenta como um importante desafio aos estudiosos do urbano.

Nesse contexto, a violência nos espaços urbanos influencia diretamente na constatação de que a cidade passa por uma nova "crise" reproduzida pela redução do uso dos seus espaços, fomentando a difusão da Geografia do medo e da insegurança no âmbito das dinâmicas socioterritoriais segundo as intencionalidades específicas dos sujeitos responsáveis não apenas por sua produção, mas também por sua apropriação.

É com esse entendimento que encerramos a presente análise na esperança de que as provocações expressas ao longo desse texto sirvam como ponto de partida para novas reflexões geográficas acerca da análise da influência das intencionalidades de difusão do discurso do medo e da insegurança a partir dos registros da violência nos espaços urbanos, assim como as consequências da desconcentração da violência para cidades de porte intermediário, uma vez que o

Estado encontra-se desprovido de condições para absorver esta nova tendência geográfica.

As consequências dessas mudanças estão expressas no aumento das consultas populares por especialidades na área da qualidade de vida.

A pesquisa possibilita identificar que entre os problemas sociais vividos pela sociedade o aumento da violência, especialmente em ambientes públicos, tem afetado diretamente a qualidade de vida dos moradores, especialmente nos espaços urbanos de porte intermediário que vem sendo influenciados pelo processo de desconcentração das práticas de violência.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1ª. Edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi. 6. ed. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2012.
- AUDI, Robert. *Dicionário de Filosofia de Cambridge*. Tradução de João Peixoto Netto e Edwino A. Royer et AL. São Paulo: Paulus, 2006. (coleção de dicionários)
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. v.4. São Paulo: Saraiva, 1998.
- EUFRÁSIO, Marcelo Alves Pereira. *História do direito e da violência: recortes de uma abordagem interdisciplinar*. Campina Grande: EDUEPB, 2009.176 p.
- GOMES, Enoque (Org.). *A crise social e os riscos a estabilidade: alternativas de desenvolvimento com cidadania e qualidade de vida – o outro lado da modernidade*. Recife: UFPE, 1993. 104 p.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana M. C. *O discurso do sujeito coletivo* – Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: Educs, 2003. 256 p.
- MINAYO, Maria C. de S. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- MINAYO, Maria C. de S.. (Org.). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. 270 p.
- Ministério da Justiça*. Análise das Ocorrências Registradas pelas polícias civis. Secretaria Nacional de Segurança Pública – departamento de pesquisa. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm>. Acesso: janeiro de 2012.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Geografia e violência urbana. In. PONTUSCHKA, N. N. & OLIVEIRA, A. U.(org.) *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002. p.77-86.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1997. (Coleção Milton Santos; 1)
- SANTOS, Sâmara Iris. *Relatório PIBIC 2010-2011: o mapeamento da violência urbana na cidade de Campina Grande: tendências e desafios*. Campina Grande: UFCG, 2011.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 391 p (Coleção Tópicos)
- SOUZA JÚNIOR. Xisto Serafim de Santana. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa-PB. In. RAMIRES, J. C.; PESSOA, V.L.S. (org.). *Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação*. Ubelândia: Assis, 2009. 544p.(p. 25-48).
- SOUZA JÚNIOR. Xisto Serafim de Santana.. *A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB*. 2008.341f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdades de Ciências e Tecnologia, UNESP / Presidente Prudente, 2008.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e Cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 174 p. p.29.

WASELFISZ, Júlio Jacob . *Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil. 1979-2003*. Brasília: UNESCO, 2005.

WASELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa de violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa de violência dos municípios brasileiros*. Brasília: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2008.

### **Autores**

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Doutor em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente – SP

Prof. Adjunto 2 da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

[xtojunio@yahoo.com.br](mailto:xtojunio@yahoo.com.br)

Martha Priscila Bezerra Pereira

Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente – SP

Profa. Adjunto 2 da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

[mpbcila@yahoo.com.br](mailto:mpbcila@yahoo.com.br)

Recebido em 14 de outubro de 2014

Aprovado em 14 de novembro de 2014